

AQUISIÇÃO DE POSSESSIVOS

VICENTE C. CERQUEIRA
(Univ. Federal do Acre)

ABSTRACT: This work deals with the acquisition of possessive forms in Brazilian Portuguese by a child over a period ranging from 1 year, 8 months e 25 days to 1 year, 10 months and days. It focuses specifically on the occurrence of first and second person forms (meu my and seu your e their gender and number variants) in two positions in the noun phrase, namely, before and after the head noun with which they associate; these two positions are supposed to relate to two distinct phases of the acquisition process. The pre-nominal position of the possessive is interpreted as evidence of the presence of a functional category (Nu/Agr) in whose specifier it lands. The post-nominal position, on the other hand, may be taken as signaling the absence of such a category. By the same taken, the absence of a D(eterminer) phonetically realized may be taken either to evince the lack of that category in the child's grammar or to merely indicate his/her lack of knowledge of the phonetic matrix of the item that may fill the D position present in his/her grammar all the while. Two acquisition hypotheses are considered: the truncation theory (Rizzi, 1994) and the full competence hypothesis (Kato, 1995 b) with reference to the presence or absence of the functional categories (D and Nu/Agr) in the child's early production. Both theories give only a partial account of the data analyzed; however, theory internal reasons seem to favor the full competence hypothesis over the truncation approach.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho trata da aquisição de formas possessivas em português brasileiro, por uma criança no período de 1 ano, 8 meses e 25 dias (1;8.25) a 1 ano, dez meses e 23 dias (1;10.23). Especificamente, analisa-se a ocorrência das formas de primeira e de segunda pessoa (**meu** e **seu** suas variantes de gênero e número) em duas posições, antes e depois do núcleo nominal a que se associam, que correspondem a duas fases distintas no processo de aquisição. Será demonstrado que as primeiras manifestações das formas de indicação de posse na fala da criança podem ser interpretadas de acordo com as possibilidades oferecidas pela Gramática Universal (GU), ou seja, os fragmentos da gramática das fases intermediárias da criança aprendiz são encontradas na gramática do adulto.

O arcabouço teórico é a teoria gerativa, na vertente do Programa Minimalista (Chomsky 1993; 1994; 1995), incorporando elementos do modelo de Princípios e Parâmetros. Nesse quadro, o sintagma nominal do português é visto como uma estrutura articulada, que inclui, além do núcleo nominal, duas categorias funcionais, numa combinação da Hipótese DP proposta por Abney (1987) para o inglês com a proposta de Szabolcsi (1983; 1994) para o húngaro.

Propõe-se que a relação entre possuído e possuidor se define inicialmente como uma construção do tipo mini-oração (Cerqueira, 1996).

2. DADOS

2.1. Dados da Fase 1

Na idade de 1 ano, 8 meses e 25 dias (1;8.25), a criança, Raquel, apresenta em seu fala as formas possessivas (primeira, segunda, e terceira pessoa) investigadas neste, produzindo enunciados contendo os itens *minha*, *sua* e *dela*, como nos fragmentos apresentados abaixo de diálogos entre ela e sua mãe (M):

(1) M- ó o olho dele, né?

R- oio deli.

M- Eu tiro. Tirar a blusinha dela?

R- Bússia dela.

M- O sapato dela, né?

R- A papati dela (simultaneamente com a mãe)

M- Viu? E a mão dela?

R- Mão dela.

M- E o peitinho dela?

R- A peitinho dela?

(2) M- E o seu peitinho?

R- Minha?

(3) R- Nenê sua aí

M- Nenê sua?

É importante ressaltar que esses enunciados não caracterizam meras repetições, por parte de R, de fragmentos sonoros do discurso da mãe; antes, seus enunciados confirmam ou atendem a um pedido de informação; suas respostas são acompanhadas de gestos que apontam para os elementos referidos pelas palavras. Como se observa, o

fragmento em (2) não parece deixar dúvida quanto ao conhecimento de que os itens em questão estão relacionados à indicação de posse: R usa a forma **minha** para exprimir uma relação de pertinência naquela ela é o possuidor, em resposta a um enunciado em que o elemento possessivo utilizado pela mãe foi a forma **seu**. Portanto, parece lícito aceitar que, apesar de apenas uma ocorrência da forma **seu** e da forma **minha** nesse período do registro, R já tem o conhecimento de que essas palavras têm um valor de indicação de posse associada aos três participantes possíveis de um ato de fala, nomeadamente, falante (minha), ouvinte (seu), nem falante nem ouvinte (dele/dela).

Num registro posterior, cobrindo a idade (1;9.20), ocorre novamente a forma **minha**, em resposta a uma pergunta da mãe:

(4) M- Quanto popô tem aí? de quem são esses popôs?

R- Ahn?

É minha.

Na idade de (1;10.0) registram-se as seguintes ocorrências das palavras possessivas **meu** numa situação comunicativa em que R é a iniciadora do turno conversacional, e **dele** num pedido de confirmação de uma informação dada pela mãe:

(5) M- não sei o que você tá falando, minha filha. Eu sinto muito, mas não entendo. Olha...

R- Tila papti meu?

(6) M- Boi, boi, não. Boi é o nome dele.

R- Boi um [=nome] deli?

2.2. Dados da Fase 2

Os dados desta fase se caracterizam por apresentar um novo arranjo entre a palavra possessiva e o núcleo nominal ao qual se vincula. aqui agora, os possessivos **meu/minha** e **seu/sua** precedem o substantivo enquanto que na Fase 1 eles o seguiam. Essa fase corresponde à idade (1;10.23):

(7) R- A minha fóida

M- A sua “fóida”?

(8) R- A ó minha sainha. ó minha sainha

(9) R- A minha tatatapu?

M- A sua o quê?

R- Tatatapu

(10) R- A minha/a minha caizinha

M- Alá! Que amor! Vamos pôr algum vestidinho?

- (11) R- A meim leinsu?
M- O lenço?
R- É
- (12) R- A quéi passá
Um fiu um meu sapato
M- O fio no seu sapato? Não consegue passar? O fio tá
no seu sapato?
R- É
- (13) R- A a minha minha tama aqui
M- Na sua cama aí?
R- Essa minha tama
M- essa é a sua cama?
R- É

Essa nova distribuição dos possessivos não mais uniformemente na posição pós-nominal já espelha o paradigma da distribuição dessas palavras na gramática do adulto. Há agora duas posições: a primeira pessoa (meu/minha) e a segunda pessoa (seu/sua) localizam-se na frente do nome, separando-se da terceira pessoa (dele/dela) que é mantida na posição pós-nominal, juntamente com os possuidores indicados por nomes (DP). Esse rearranjo revela uma mudança na organização da gramática do aprendiz, qual seja, a “descoberta” de uma nova posição para alojar as duas formas possessivas referentes ao falante e ao ouvinte. Para tentar dar conta dessa mudança, vamos apresentar inicialmente uma descrição informal da distribuição dos possessivos em português; em seguida, tentaremos explicitar os mecanismos formais que subjazem a essa distribuição.

3. A DISTRIBUIÇÃO DOS POSSESSIVOS EM PORTUGUÊS

3.1. A posição pré-nominal

Em português as formas possessivas de primeira pessoa singular e plural (**meu/nosso**), e de segunda pessoa do singular (**seu**) ocupam normalmente a posição pré-nominal e seguem o determinante (artigo definido, demonstrativo), se há um presente, enquanto os possessivos de segunda pessoa do plural (**de vocês**) e os de terceira pessoa (**dele/deles**) ocorrem obrigatoriamente em posição posterior ao nome.

- (14) (o) meu livro
(a) sua casa
(a) nossa cama

- (15) *(o) livro de vocês
*(a) casa dele
*(a) cama deles

Uma primeira coisa que deve ser destacada é uma diferença no esquema de concordância que se estabelece entre o possessivo e o nome. As formas listadas em (14) concordam em gênero e número com o substantivo a que eles precedem; aqueles apresentadas em (15), por seu lado, direcionam as marcas em outro sentido, ou seja, assinalam o gênero e o número do possuidor. Uma segunda diferença entre os dois grupos está relacionada ao uso do artigo. Com os elementos do primeiro grupo, a presença do artigo não é obrigatória, já os do segundo não dispensam a sua presença de sorte que a sua omissão produz uma seqüência inaceitável. Essas características distintas dos dois grupos atestam a natureza híbrida desse sistema de indicação de posse, envolvendo elementos de natureza diferente (cf. Kato (1985), Perini (1985), Cerqueira (1983)).

3.2. A posição pós-nominal

As formas (**meu, seu, nosso**) também ocorrem em posição pós-nominal nos contextos em que o nome é modificado por meio de um elemento que marca indefinição (não especificação) ou parte de um grupo maior, que pode ser, por exemplo, o artigo indefinido (um/uma), um numeral, um quantificador (algum, nenhum, vários, muitos, todos):

- (16) um livro meu (está desaparecido)
alguma amiga sua (mora em Paris?)
três convidados nossos (já confirmaram sua presença)

Com o possessivo na posição pós-nominal, a interpretação do sintagma normalmente envolve o seguinte: o conjunto possuído é parte de um conjunto maior, ou que esses elementos não são definidos/especificados. Assim, nos exemplos abaixo, também incluindo certas palavras que podem estar associadas em seqüências com o possessivo tanto pré- quanto pós-nominalmente, há uma diferença clara de sentido, conforme a posição. Sejam os pares seguintes:

- (17) a. Perdi o meu livro
b. Perdi um livro meu
- (18) a. Meus poucos amigos vieram
b. Poucos amigos meus vieram
- (19) a. Meus três amigos morreram
b. Três amigos meus morreram

Nas seqüências em (a) o sentido é de indicação de posse de itens que podem constituir a totalidade do conjunto dos itens possuídos (e essa parece ser a leitura mais imediata), ou ser neutro em relação a essa informação; em (b) é indicado que os itens singularizados na indicação de posse fazem parte de um conjunto maior que não foi esgotado naquela situação.

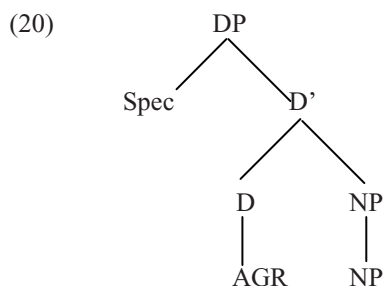
Com essas observações, passamos a considerar a estrutura sintática do sintagma nominal em português. Considerando que os estudos sobre o sintagma nominal no arcabouço da hipótese DP ainda são algo recentes, as duas seções seguintes vão ser dedicadas a uma discussão um pouco detalhada dessa construção. Essa revisão será basicamente uma transcrição da análise apresentada em Cerqueira (1996).

4. A HIPÓTESE DP

A partir das formulações apresentadas em *Barreiras* (Chomsky, 1986a) para integrar no modelo da teoria X-barra as categorias frasais S e S-barra, o estudo das categorias funcionais ganha grande impulso na investigação sintática (cf. Raposo, 1993; Pollock, 1989; Chomsky, 1989). Com relação ao sintagma nominal, destaca-se o trabalho de Abney (1987), que propõe um sintagma determinante (DP) no lugar do sintagma nominal clássico (SN), o que vai possibilitar um tratamento menos simplificado das questões atinentes ao sintagma nominal, restaurando o interesse para a investigação dessa categoria sintática, que era, em geral, tomada como isenta de complexidade interna.

4.1. A proposta de Abney (1987)

Abney desenvolve uma proposta para a estrutura do sintagma nominal que considera a existência de uma categoria funcional, um AGR nominal, que se realiza no núcleo D(eterminante) e toma o sintagma nominal (NP, projeção de um núcleo N) como complemento. Nessa formulação, comumente denominada Hipótese DP, o determinante, que no modelo clássico era gerado na posição Spec NP passa a ser núcleo de uma projeção própria. O diagrama (20) representa essa nova proposta.



A estrutura em (20) está associada aos seguintes processos: D seleciona funcionalmente uma projeção de N (cf. Fukui & Speas, 1988); sua função, quando preenchido, é especificar a referência de um sintagma nominal, de maneira semelhante à INFL no sistema verbal (VP/IP) que localiza um determinado evento no tempo. O elemento AGR em D atribui Caso genitivo ao nome ou possessivo na posição de Spec DP.

Pelo fato de essa estrutura permitir derivar cadeias agramaticais do tipo em (21):

- (21) a. *Mary's the car
b. *My the book

Abney postula que AGR em D não co-ocorre com determinantes realizados foneticamente, ou seja, AGR e D lexical se encontram em distribuição complementar. Assim, fica eliminada a possibilidade de licenciamento de nomes ou possessivos no Spec DP quando D está preenchido lexicalmente. Essa restrição se aplicaria igualmente ao francês, ao espanhol e ao alemão, línguas que não aceitam a co-ocorrência do artigo e possessivo (fr. *mon le livre/*ma la serviette; esp. *mi el niño/*mi la chica; al. *mein der Wagen/ *meine die Tasche).

Em português a situação é diferente, como o demonstram as construções seguintes:

- (22) a. o meu livro
b. aquele seu livro

Nessa língua, não vigora a restrição de co-ocorrência do núcleo AGR em D atribuidor de Caso genitivo, que licenciaria um possessivo, e um determinante lexicalmente preenchido. Assim sendo, a organização derivacional descrita em (20) produz uma ordenação inversa dos itens artigo e possessivo:

- (22) a'. *meu o livro
b'. *seu aquele livro

Em (22.a'-b'), o possessivo precede o artigo ou o demonstrativo, o que não é possível em português e outras línguas que admitem esse tipo de co-ocorrência como o húngaro (cf. Zsabolcsi, 1983, 1994) o romeno (cf. Dobrovie-Sorin, 1987), o italiano (Giorgi & Longobardi, 1991), o catalão (Picallo, 1994) ou o finlandês (Tor Aschan, s/d)

No modelo teórico da Regência e Ligação no qual a hipótese DP foi formulada, não é possível traduzir os fatos do português, tomando a derivação do sintagma nominal em termos da estrutura (20). O possessivo teria necessariamente que receber Caso genitivo em Spec DP e o resultado é uma seqüência inexistente na língua, denunciando a impropriedade da derivação proposta e a necessidade de reformulação.

4.2. A Proposta de Szabolcsi (1983;1994)

Szabolcsi propõe para o sintagma nominal em húngaro uma estrutura que incorpora um núcleo de concordância e um núcleo determinante distintos. Ela toma como motivação básica o fato de as marcas de concordância e de caso do possessivo terem realização morfológica no nome, demonstrado nos exemplos seguintes. Os pronomes possessivos têm a mesma forma dos pronomes pessoais no nominativo (ausência de flexão), o que é interpretado como indicação de que o caso do possuidor é nominativo como o do sujeito sentencial. (Glosas traduzidas do inglês. POS indica sufixo de posse; NOM indica nominativo, que não tem realização fonética):

- (23) a. az én-0 kalap – om a'. az én-0 kalap -já -i -m
o eu(-NOM) chapéu-POS.1SG o eu(-NOM) chapéu-POS-PL-1SG
'o meu chapéu'
- b. a te-0 kalap-od b'. a te-0 kalap-od -i -d
o tu(-NOM) chapéu-POS.2SG o tu(-NOM) chapeú-POS-PL-2SG
'o teu chapéu'
- c. az ó-0 kalap-já c'. az ó-0 kalap-juk
o ele/ela(-NOM) chapéu-POS.3SG o ele/ela(-NOM) chapéu-POS.3PL
'o seu chapéu'
- d. (a) Mari(-NOM) kalap-ja
(o) Mari(-NOM) chapéu-POS.3SG
'o chapéu de Maria'

Szabolcsi observa que a morfologia dos sintagmas nominais envolvendo relação de posse reflete precisamente a morfologia da sentença. Observe-se no exemplo (24) abaixo que o sujeito sentencial é morfologicamente idêntico ao sujeito nominal em (23.d), e que as marcas morfológicas de concordância sujeito-verbo realizadas no verbo são idênticas às realizadas no nome (PAS indica passado):

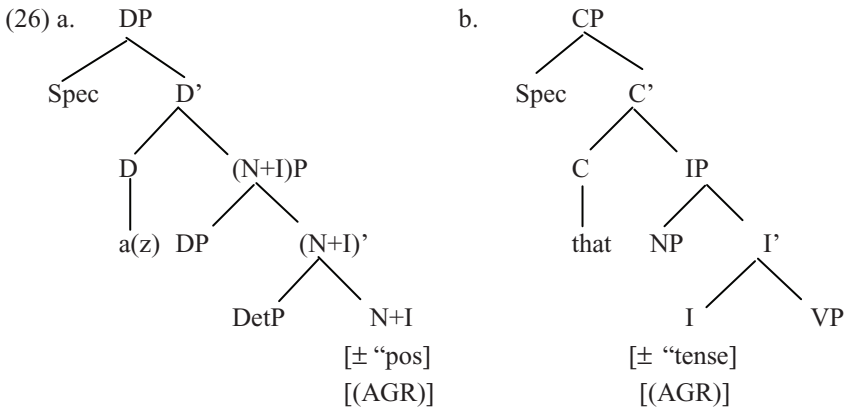
- (24) Mari(-NOM) alud -t -0
Mari(-NOM) dorm- PAS.3SG
'Maria dormiu'

Com base nesse paralelismo observado na morfologia de concordância envolvendo sujeitos nominais [NP NP] e sujeitos sentenciais [NP IP], essa autora propõe que em húngaro o sintagma nominal tem ele próprio o seu núcleo INFL. Desse modo, fica clara a relação estreita entre sentença e sintagma nominal. A sentença dispõe de um núcleo INFL que atribui Caso nominativo ao sujeito, a depender de certas especificações dos traços morfológicos que o compõem. O sintagma nominal dispõe de um núcleo INFL que atribui Caso nominativo ao sujeito nominal conforme a especificação do morfema de posse [+/-POS].

Além do Caso nominativo, os possessivos em húngaro podem receber ainda outro tipo de Caso, nomeadamente, o dativo. Nessa alternativa, o possessivo precede o artigo:

- (25) a. én- nek- em a vendég - e -m
 eu-DAT-1SG o convidado-POS.1SG
 ‘o meu convidado’
- b. tu-nek-ed- a vendég - e- 0
 tu-DAT-2SG o convidado-POS.2SG
 ‘o teu convidado’

Em função da diferença de Caso entre os dois tipos de estruturas envolvendo o possessivo e a posição relativa ao artigo (a/az), Szabolcsi propõe que há duas posições distintas onde os possessivos se realizam. Traduzido no modelo de *Barreiras* (Chomsky, 1986b), o paralelismo entre sintagma nominal e sentença é estrito como apresentado em (26) (cf. Szabolcsi (1994: 22.(a-b))):



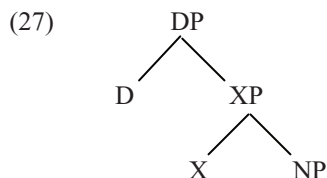
Nessa proposta, a estrutura do sintagma nominal (húngaro) é equivalente à da sentença: contém flexão (INFL) e tem um determinante como núcleo (DP=CP). Os determinantes são divididos em dois grupos, e somente o artigo (a(z)) pertence à categoria D que encabeça o sintagma nominal; a outra categoria abrange determinantes que ocupam a posição DetP na árvore acima. Também deve ser observado que o elemento flexional I não tem uma projeção independente mas forma um compósito com N¹.

¹ Szabolcsi motiva essa decisão em termos de atribuição de papel-0 e Caso nominativo ao DP possuidor e da sua interação em escopo com o possuído quantificado.

4.3. A hipótese DP em português

Em Cerqueira (1993), uma análise do sintagma nominal é desenvolvida que trata especialmente da alternância da forma possessiva *seu* e da genitiva *dele*. O sintagma nominal é visto como uma construção mais articulada, que inclui, além do núcleo nominal, duas categorias funcionais (Boff, 1991). Essa decisão era motivada pelos dados empíricos, que forçavam a inclusão de posições específicas na estrutura nominal para certos constituintes, numa análise baseada nos pressupostos do modelo de investigação lingüística, fomentados a partir dos desenvolvimentos de Barreiras.

Essa proposta de Cerqueira para a estrutura do DP em português tomou por base o trabalho de Abney (1987) para o inglês e Szabolcsi (1983; 1994) para o húngaro. A estrutura do sintagma nominal passou a ter a representação seguinte, espelhando a estrutura sentencial (CP):



A categoria funcional X é tomada como o correspondente nominal do AGR² da sentença numa versão da INFL implodida (cf. Pollock, 1989; Chomsky, 1988/1991).

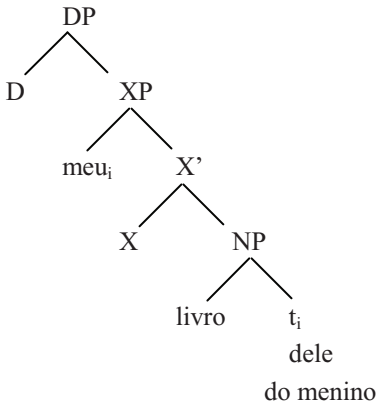
A inclusão de mais uma categoria funcional para dar conta das construções nominais está plenamente de acordo com o modo de pensar a teoria no momento, que via nas diferentes ordens manifestadas intra- e inter-lingüisticamente o reflexo da presença de categorias não lexicais. No lado empírico, vários estudos³ envolvendo as línguas dos mais diferentes tipos, corroboravam a necessidade desses elementos.

Conforme se observa, agora é possível derivar a ordem dos constituintes do sintagma nominal em português, envolvendo a co-ocorrência do determinante (artigo e demonstrativo) e do pronome possessivo. O determinante se aloja em D e o possessivo, no especificador de XP. Essa posição do possessivo é derivada por movimento. A suposição é de que o possuidor é gerado dentro da projeção de N, seja ele representado por uma forma possessiva ou por um sintagma nominal pleno (cf. Chomsky, 1986a; Abney 1987); a sua realização final pode ser *in situ* ou no especificador de XP, podendo variar na mesma língua ou entre línguas. O português só admite o acesso a esse especificador de formas possessivas; o inglês, (supondo equivalência de posição) e o húngaro atestam a ocorrência das duas formas de possuidor. Ilustramos esse processo a seguir

²Nas versões posteriores do Minimalismo, Agr é eliminado da estrutura sentencial como núcleo funcional independente. O rótulo Agr pode muito bem equivaler à categoria Nu(mero) (cf. Koopman, 1994), um item com efeito em LF, legítimo, pois, na Numeração.

³Ritter (1991) analisa o hebraico; Tang (1990), o chinês; Stephens (1992), o tregor, dialeto de bretão; Mallén, (1991), o espanhol; Valois, 1991, o francês; Dabrovie-Sorin (1987), o romeno, entre outros.

(28)



Essa estrutura ganhava evidência em seu favor, propiciada pela posição de contigüidade do determinante e do possessivo pré-nominal, e pela posição dos adjetivos pós-nominais. A derivação da ordem nome adjetivo decorria naturalmente da subida de N para o núcleo X, subida essa motivada por razões morfológicas; a natureza afixal de X força a subida de N para servir de âncora. Essa solução permitia que os adjetivos em português fossem adjungidos à projeção máxima de N, à sua esquerda, constituindo um processo uniforme do mesmo tipo que regulava os adjetivos pré-nominais.

Essa proposta se mostrou também adequada para atender as restrições impostas pela concepção formal do Programa Minimalista formulado em Chomsky (1992/1993), que deriva as diferentes posições lineares das construções (intra- e interlingüísticas), a partir da necessidade de checagem de traços morfológicos de categorias funcionais que compunham os constituintes.

Não obstante, a derivação do DP-possuidor nesses termos não se mostra adequada quando se incluem nas construções estudadas outros elementos que podem aparecer no sintagma nominal, co-ocorrendo com os determinantes e possuidor. Para ilustrar apenas uma dificuldade, são tomados os dados a seguir, com o quantificador universal *todos* em três dentre as diferentes posições em que pode figurar no arranjo sintático:

- (29) a. todos os meus livros
b. os meus livros todos
c. os livros todos meus

A distribuição de (29.a) pode ser interpretada como envolvendo a seleção de DP pelo quantificador, de modo similar à seleção de NP e XP por D. Para (29.b), pode-se dizer que uma operação de movimento desloca ou o quantificador para o fim da seqüência, ou o DP para o início. A combinação (29.c) é crucial, na leitura em que *todos* tem escopo sobre *os livros*: não há meio de inserir o item *todos* entre o N *livros* e

o possessivo *seus*. Não é plausível supor que o quantificador universal⁴ seja gerado em especificador de NP, nem que selecione NP, uma vez que normalmente seleciona um DP, e, mais importante ainda, nunca ocorre entre o artigo e o nome. Essa limitação obriga, pois, a uma revisão da proposta para torná-la capaz de dar conta de outros constituintes do sintagma nominal. Esse será o tópico da seção seguinte.

5. A RELAÇÃO DE POSSE SE DEFINE EM MINI-ORAÇÃO

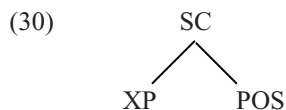
Dois aspectos do processo derivacional de uma construção funcionam como motivadores da proposta de não inserir a projeção do possuidor como termo da projeção do possuído, nomeadamente, a natureza restrita da operação de adjunção e a extensão da validade de restrições de economia para o componente fonológico.

A adjunção de projeção máxima (não mínima) no programa minimalista é uma possibilidade bastante restrita. Se acontece, deve ser pela operação Merge, tendo em vista que não existe uma operação de checagem que motive adjunção por movimento (deve-se abstrair a extraposição, fenômeno ainda pouco entendido). E mais importante ainda, a posição de adjunção é invisível para as operações do sistema computacional C_{HL} ; isso quer dizer que uma vez adjungido, um termo se fixa naquela posição.

O outro ponto se situa nas operações do componente PF, que tratam da linearização das cadeias geradas na computação. Essas operações envolvem apagamento de elos das cadeias não triviais. Em termos de Kayne (1994), precedência linear reflete superioridade hierárquica, tendo em vista que c-comando assimétrico é necessário para determinar a linearização. Assim, os elos superiores são aqueles elementos que ocupam posição da qual c-comando assimétrico é obtido, e por isso são fundamentais na linearização. Além disso, a manutenção dos elos inferiores, com o apagamento dos superiores, vai provocar a necessidade de mais operações de apagamento, resultando uma derivação mais custosa (cf. Nunes, 1995). (Um tratamento mais detalhada dessas questões é apresentado em Cerqueira (1996)).

5.1. Possuidor e possuído: constituintes na mini-oração

A relação possuído-possuidor se define na origem numa construção de mini-oração, que toma o possuidor como um dos termos do predicado e o possuído como argumento externo.



⁴ Os quantificadores fracos têm comportamento diferente. Não selecionam DP, ou selecionam DP cujo D não pode ser lexicalizado. Observe a ilegitimidade da seqüência com D preenchido:

- (i) a. alguns meninos
- b. *alguns os meninos

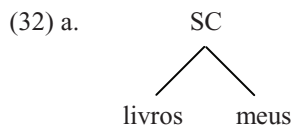
POS é uma projeção máxima que inclui o possuidor (pronomes ou sintagma nominal pleno). XP também é uma projeção máxima, no mínimo um NP, que inclui o possuído.

A estrutura inicial de mini-orção se justifica pela necessidade de um arranjo sintático que possibilite uma independência do constituinte contendo os núcleos D(eterminante) e N(ome) em relação ao possuidor. Assim, a posição de POS é externa a XP. Essa é uma condição necessária para dar conta da construção com o quantificador entre N e POS apresentada no exemplo (29.c) da seção 4.3, em virtude da limitação que um termo adjungido tem com relação às possibilidades de movimento.

Para verificar os passos que essa nova derivação enseja, vamos trabalhar com alguns exemplos. Seja o par a seguir:

- (31) a. os meus livros
 b. os livros meus

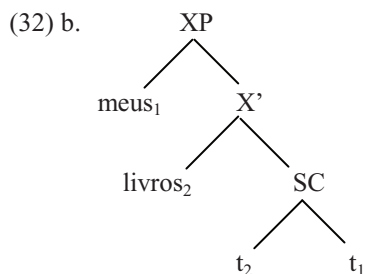
O nome *livro* não é transitivo e, portanto, não projeta argumento interno. Não projeta igualmente um argumento externo (uma manifestação da generalização de Burzio no âmbito dos itens nominais). N então constitui uma projeção mínima e máxima. Há uma relação entre *livros* e o possuidor que precisa ser representada na derivação. Não sendo argumento interno nem externo, poderia eventualmente se projetar como adjunto da projeção de N. Essa alternativa é excluída teoricamente, pois de acordo com Chomsky (1995:cap.4), os adjuntos são invisíveis para as computações do sistema C_{HL} . Demonstramos na introdução que o possuidor pode se mover em português quando é realizado por um possessivo, face a sua posição antes ou depois do núcleo N do possuído e os fatos de concordância envolvendo modificadores do nome e do próprio possessivo. A mini-orção se apresenta como uma alternativa, independentemente motivada (cf. Stowell, 1983; 1987; Manzini, 1983; Radford, 1986; 1988; 1990; Kayne, 1994, entre outros)⁵. Agora, as duas estruturas podem ser combinadas por Merge:



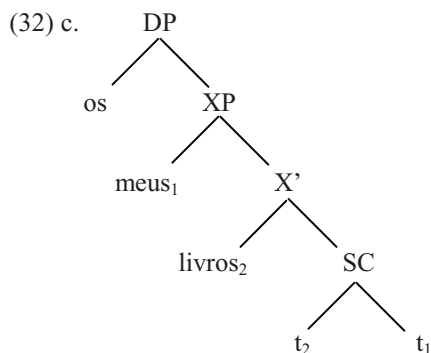
Aceitamos também que há uma categoria funcional X, representada em (32.b), que atrai para si o núcleo da projeção de N que ela seleciona, e em cujo especificador se encontra o possessivo pré-nominal. Selecionada essa categoria, SC é introduzida pela operação Merge como seu complemento. Pela operação Move, *livros* (como projeção máxima e mínima) se adjunge ao núcleo de X, e o possessivo se aloja no especificador por substituição. Esses movimentos devem ser obrigados por alguma necessidade de

⁵ O conceito e existência da construção é um ponto de debate, com muitos partidários e outros tantos oponentes; entre esses últimos, destaca-se Williams (1983).

checagem de algum traço, cuja natureza carece ainda de precisão⁶. Temos o seguinte resultado.



Finalmente, selecionada, da numeração, a categoria D na forma do artigo definido, obtém-se:



Essa estrutura ainda pode ser ampliada com um item que selecione a categoria DP, como parece fazê-lo o quantificador *todos*, segundo se viu em exemplos anteriores. A construção resultante tem mais um andar no seu edifício estrutural, diagramada a seguir para melhor visualização:

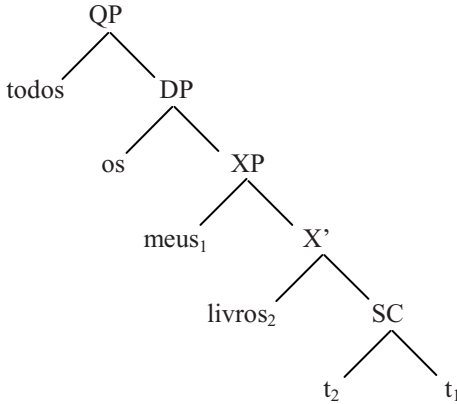
⁶ Cerqueira (1993) trata X como Agr nominal, contendo, no mínimo, traços-phi de pessoa e número. Chomsky (1995) elimina Agr como categoria funcional independente, e propõe que checagem envolva um traço categorial. Assim, T(empo) na sentença é checado pelo traço categorial D do DP sujeito. No entanto, o processo de checagem parece poder abranger outros elementos como se depreende da possibilidade do Princípio da Projeção Extendida (EPP) ser satisfeito por NPs honorárias no sentido de Safir (1980):

(i) a. Under de bed is a cozy place

b. Angry/unwanted is a terrible way to feel

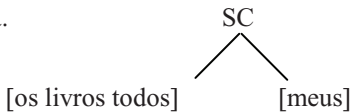
Em (a) é um PP que ocupa a posição de sujeito e em (b) é um AP. Nenhum deles traz o traço categorial D, em termos da definição categorial desses itens normalmente aceita. Mas ver nota 2.

(32) d.



A posição final do quantificador é interpretada como resultado de movimento do DP complemento para o especificador de QP. Essa solução é inspirada nas análises da flutuação de quantificadores em francês (Sportiche, 1988) e português (Nascimento e Kato, 1993). O quantificador na posição interna entre o possuído e o possuidor como em (29.c) tem como base uma derivação do tipo a seguir, em que o sujeito da mini-orção é um sintagma cujo núcleo é Q, e no qual já ocorreu a flutuação:

(33) a.



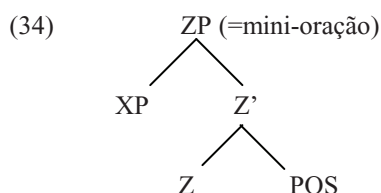
Os passos seguintes da derivação incluem a seleção dos núcleos funcionais Nu/Agr e D. (Nu e Agr serão considerados equivalentes aqui). Se houver movimentos (forçados), o possuidor pronominal vai ocupar o especificador de NuP/AgrP e o sintagma possuído pousa no especificador de DP. (Para o detalhamento e motivação dessas operações, veja-se Cerqueira (1996), especialmente o capítulo 3).

5.2. O estatuto categorial da mini-orção

A motivação para uma estrutura de mini-orção é a necessidade de liberar as projeções do possuidor e do possuído para que possam se mover independentemente. Por essa razão, o possuidor não pode ser projetado como um termo da projeção do núcleo do possuído, nem o possuído pode ser um termo da projeção do possuidor. Conseqüentemente, a introdução de um elemento para intermediar essa relação é o mecanismo para atingir a liberdade de movimento requerida.

Essa decisão é motivada também por dois aspectos comumente mencionados nos trabalhos sobre as construções de posse. O primeiro está relacionado à presença de um núcleo de atribuição de posse no esqueleto estrutural do sintagma nominal (Valois, 1991; Zsabolcsi, 1994). O segundo se relaciona ao debate em torno do papel temático

do possuidor. Higginbotham (1983) destaca que a relação entre possuidor e possuído é, em certo sentido, difusa (uma relação-R), que não se define em termos de papéis temáticos canônicos. Acrescenta-se a esses dois aspectos a questão da capacidade do nome de atribuir um papel temático diretamente a um participante com o qual contrai uma relação. Nessa perspectiva, a presença de uma categoria (“relacional”) que intermedie a relação possuidor possuído parece bastante plausível. Representemos essa inclusão, usando a letra Z para identificar esse item. É interessante notar que o possuído ocupa uma posição inicial da qual c-comanda o possuidor. Isso significa que se nenhum movimento for forçado sobre essa estrutura inicial, o possuidor se lineariza à direita do possuído, em vista da relação de c-comando e precedência linear advogada por Kayne (1994).



Em termos de definição categorial, essa categoria talvez possa ser identificada como uma preposição. A idéia de que a construção de posse envolve uma relação intermediada por uma categoria desse tipo está presente em Lyons (1967), que recupera de obras mais antigas. Esse autor identifica essa categoria com um elemento preposicional que compõe com o possuidor o predicado do qual o possuído é o argumento. Apresenta ele um exemplo do russo (adaptado para esta exposição), língua em que “os possessivos em posição predicativa são evidentemente relacionados a locativos” (p.394):

- (35) a. =a cHo:e 8>4ha (Glosas traduzidas do inglês)
sobre mesa livro (Há um livro sobre a mesa)
b. I <, >a 8>4ha
em/perto mim livro (Eu tenho um livro)

Também no francês, a posse comum pode ser expressa sob a forma de uma construção prepositiva, nucleada por à ‘em/a’ que é uma forma também usada em construções locativas (cf. Milner, (1982) para certas particularidades de uso):

- (36) a. Le livre à Jean
O livro EM Jean
‘O livro de Jean’
b. Un ami à moi
Um amigo EM mim
‘Um amigo meu’

Assim, dados translingüísticos favorecem a proposta de que a relação de posse se estabeleça a partir de uma mini-orção, nucleada por uma preposição, consoante se apresenta neste trabalho.

6. DE VOLTA AOS DADOS

6.1. Dados da Fase 1 e a estrutura de posse

Os dados da Fase 1 podem ser agora interpretados de acordo com a estrutura proposta para a derivação inicial da relação de posse. Sejam os exemplos 1-3, repetidos aqui por conveniência:

(1) M- ó o olho dele, né?

R- oio deli.

M- Eu tiro. Tirar a blusinha dela?

R- Bússia dela.

M- O sapato dela, né?

R- A papati dela (simultaneamente com a mãe)

M- Viu? E a mão dela?

R- Mão dela.

M- E o peitinho dela?

R- A peitinho dela?

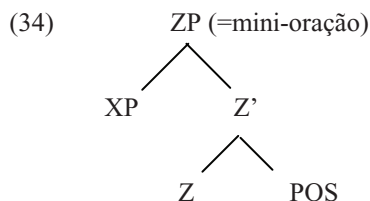
(3) M- E o seu peitinho?

R- Minha?

(2) R- Nenê sua aí

M- Nenê sua?

Nesses casos o possessivo segue o núcleo nominal ao qual está associado, aparentemente retratando a configuração da mini-orção apresentada em (34) e repetida aqui:



O possuidor ocupa a posição identificada por POS e o possuído aquela rotulada de XP. O núcleo Z, pode-se supor, quando interpretado foneticamente assume a forma da preposição “de”, obrigatória quando o possuidor é realizado por um sintagma nominal diferente das formas possessivas (do paradigma meu/seu/nosso).

Uma questão que se coloca agora é se essa é a estrutura completa da qual a criança faz uso. Devemos lembrar que essa construção é tomada como parte de uma estrutura maior na gramática do adulto, que inclui mais dois outros elementos, quais sejam o D(eterminante) e outro núcleo funcional, representado talvez por Nu(mero), onde se especificaria a distinção singular/plural.

Se se aceitar que a gramática infantil que gera os dados em análise autoriza o esquema estrutural composto apenas pela mini-oracão, temos que as produções lingüísticas do aprendiz provêm de uma gramática que é diferente daquela do adulto, o que estaria em conformidade com a hipótese da truncagem, conforme defendida por Rizzi (1994), entre outros. Embora a derivação inicial da construção de posse seja uma operação legítima, atestada na gramática do adulto, a gramática infantil não é igual à do adulto, de vez que os elementos funcionais D e Nu estariam ausentes.

Uma possível evidência em favor dessa hipótese seria o fato de as produções exemplificadas em (1)-(6) não exibirem um determinante foneticamente realizado, o que normalmente se verifica na produção do adulto. Apesar de, nos fragmentos exemplificados em (1), se encontrarem dois casos em que a criança produz um segmento pré-nominal que poderia ser interpretado como uma possível manifestação da categoria D, nas demais seqüências o núcleo nominal inicia a construção.

6.2. Dados da Fase 2 e a Hipótese DP

Na fase seguinte, os dados do aprendiz já exibem a presença sistemática de um determinante e o pronome possessivo precede o núcleo nominal.

O primeiro fato é evidência de que agora a gramática do aprendiz já inclui a categoria determinante com a especificação relevante. Não há dúvida de que os sintagmas são encabeçados por D, e a criança já conhece o item fonético/fonológico que o materializa.

A posição pré-nominal do possessivo significa basicamente, dentro da estrutura de posse proposta, duas coisas, a saber, que essa fase da gramática já inclui um núcleo funcional em cujo especificador o possessivo se aloja, e que já está em funcionamento operações de movimento, visto que na derivação inicial o possuidor é c-comandado pelo possuído o que resultaria numa ordem linear possuído-possuidor a exemplo do que ocorre na Fase 1.

Um fato interessante nos dados dessa fase é que a realização pré-nominal do possessivo parece ser simultânea com o aparecimento de um determinante foneticamente pleno. Nos exemplos de (7)-(13) apresentados no início do trabalho ocorrem o artigo definido, o indefinido e um demonstrativo. Duas perguntas se apresentam de imediato: (i) a posição pré-nominal do possessivo é dependente da presença da categoria D? (ii) é a especificação plena de D que força a realização de Nu, em cujo especificador o possessivo pré-nominal se aloja? Essas questões pedem que se considerem duas posições relativas ao desenvolvimento de uma gramática em tempo real, a da competência plena (cf. Kato, 1995a, 1995b) e a das estruturas truncadas (cf. Rizzi, 1994).

7. NÍVEIS DE COMPETÊNCIA

Não nos propomos (nem para tanto temos dados suficientes) a oferecer uma resposta final sobre qual das posições respondem melhor as perguntas que os dados analisados podem suscitar. Vamos nos limitar apenas a levantar outros questionamentos frente às duas correntes dominantes.

Os dados da Fase 1, como já observado, parecem favorecer uma interpretação dos dados da fala da criança em que se considere que sua gramática produz estruturas diferentes daquelas da do adulto, pois alguns elementos estariam ausentes da estrutura frasal da criança.

A posição pós nominal do possessivo poderia ser interpretada como significando que não haveria um lugar para alojá-lo fora de sua posição inicial. Isso poderia ser traduzido como evidência de que estaria ausente a categoria Nu(mero), em cujo especificador se aloja a referida forma pronominal. A ausência de determinantes foneticamente realizados, por seu lado, poderia ser interpretada como a inexistência pura e simples dessa categoria nas construções do aprendiz.

Igualmente, a neutralização do contraste que se verifica entre a posição pré-nominal e pós-nominal da forma possessiva poderia sugerir que a estrutura das produções lingüísticas da criança seja mais simples. Não estando no esqueleto estrutural o elemento no qual essa distinção se plasma, obviamente que ela não pode existir, e nada mais precisaria ser dito.

Em resumo, a construção de posse na Fase 1 seria estruturalmente uma mini-oração, não constituindo um sintagma determinante propriamente dito. Estariam ausentes as duas categorias propostas para a gramática do adulto, quais sejam, Nu(mero) e D(eterminante). Só seriam considerados como constituintes da construção de posse aqueles elementos que tivessem materialidade fonética.

Embora seja uma possibilidade, essa análise não pode dar conta do fato da simultaneidade do aparecimento do possessivo pré-nominal e do determinante. Supondo um desenvolvimento estrutural em que seleção seja respeitada, a mini-oração de posse é selecionada por Nu(mero). Nesse caso, seria de se esperar que o possessivo pré-nominal pudesse aparecer sem a presença de D(eterminante). A categoria Nu(mero) selecionaria a mini-oração e seria o núcleo da construção.

Assim sendo, temos uma análise que parece adequada para uns aspectos, mas não dá conta de outros igualmente importantes.

Alternativamente, podemos supor que os núcleos funcionais componentes do sintagma determinante estariam presentes na gramática do aprendiz desde sempre e que a ausência de manifestação fonética (ou de outro tipo) desses elementos seria consequência de outros condicionamentos.

Kato (1995b) defende, com base em dados translingüísticos sobre a aquisição da estrutura sentencial, a posição de que a criança teria competência plena, e a gramática inicial disporia de todos os elementos funcionais presentes na gramática do adulto. A não realização imediata pela criança de uma estrutura que exibisse de maneira clara todos eles se deveria a fatores variados, desde limitações cognitivas (memória etc), mas principalmente a certos traços relevantes das categorias funcionais.

Nessa visão, os dados da Fase 1 poderiam ser interpretados da seguinte maneira. A ausência de movimento do possessivo para a posição pré-nominal não significaria a ausência da categoria Nu(mero), que estaria presente desde sempre. Antes significaria que o aprendiz ainda não teria aprendido que essa categoria teria um traço forte que atrairia o possessivo para seu especificador.

A não realização fonética do determinante poderia ser explicada pelo desconhecimento por parte do aprendiz da matriz fonético-fonológica associada ao conceito. A posição estaria ativa no esqueleto estrutural da construção só não recebendo interpretação fonética. Nesses mesmos dados da Fase 1, podemos encontrar sinais que parecem apontar nessa direção. Em dois fragmentos do exemplo em (1), a criança produz um segmento sonoro pré-nominal que poderia ser tomado como indicação de uma posição estrutural que é conhecida, mas cujo suporte fonético ainda não foi identificado.

O aparecimento do possessivo em posição pré-nominal pode ser explicado, considerando que o aprendiz descobriu que a categoria Nu (já presente) no esqueleto funcional tem um traço forte que atrai a forma possessiva para checagem. Nas primeiras produções com a ocorrência pós-nominal, o aprendiz estaria interpretando a categoria Nu como não tendo um traço morfológico forte. Esse seria um procedimento consoante com os princípios de economia. A hipótese inicial seria um sistema ótimo sem operações de movimento.

A simultaneidade pode ser talvez interpretada como sendo uma conclusão do aprendiz de que as posições estruturais devem ser, de algum modo, tornadas visíveis: o possessivo pré-nominal torna Nu visível, pois seria necessária uma posição para acolher a forma possessiva movida. E as formas determinantes tornariam visível a posição D.

8. CONCLUSÃO

Os dados da Fase 1, com os possessivos pós-nominais, podem ser interpretados como espelhando a estrutura de mini-orção, na qual não se operou nenhum movimento. A relação de c-comando assimétrico entre o possuído e o possuidor vai resultar na precedência linear do primeiro sobre este último. Essa ausência de

movimento pode ser atribuída a duas causas diferentes, consoante se aceite a teoria da truncagem ou a da competência plena. No primeiro caso, a construção de posse se reduziria a uma mini-oração, não havendo a projeção das categorias funcionais Nu/Agr ou D, e as produções do aprendiz derivariam de uma gramática qualitativamente diferente da gramática do adulto. Sob a segunda teoria, a da competência plena, a ausência de movimento poderia ser compreendida como resultado do desconhecimento pela criança de que a gramática alvo dispõe de duas categorias Nu/Agr com propriedades distintas, uma com um traço forte em sua composição e a outra sem ele. Na Fase 2, quando o possessivo precede o nome e o artigo está lexicalizado, as categorias funcionais Nu/Agr e D já estariam necessariamente presentes, a operação de movimento já está ativada. Essa ativação do movimento seria resultado da descoberta pela criança de que existe um Nu/Agr com um traço forte que força checagem na sintaxe visível, antes de “spell-out”.

No que se refere à decisão sobre qual das teorias é a mais adequada, serão necessários mais estudos com uma maior quantidade de dados de aquisição por um lado, e, por outro, também uma melhor especificação, na teoria sintática, das condições de licenciamento de uma mini-oração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. P. (1987). *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. MIT, Ph. D. Dissertation.
- ASCHAN, T. (1993). “Possessive and Adpositional Suffixes in Finnish”, ms.
- BOFF, A. M. (1991). *A Posição dos Adjetivos no Interior do Sintagma Nominal: Perspectiva Síncronica e Diacrônica*. UNICAMP, dissertação de mestrado.
- CERQUEIRA, V. C. (1996). *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, tese de doutorado.
- _____. (1993). “A Forma Genitiva “dele” e a Categoria de Concordância (AGR) no Português Brasileiro”, In: I. ROBERTS & M. KATO (orgs.) *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 129-161.
- CHOMSKY, N. (1995). *Chapter 4*, publicado como CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press. (As citações são da versão não publicada).
- _____. (1994). “Bare Phrase Structure”, *MIT Occasional Papers in Linguistics 5*.
- _____. (1993). “A Minimalist Program for Linguistic Theory”, In: K. HALE & H. KEYSER (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press. (Também referido como Chomsky (1992)).
- _____. (1992). “A Minimalist Program for Linguistic Theory”, *MIT Occasional Papers in Linguistics I*. (Referido também como Chomsky (1993)).
- _____. (1991/1988). “Some Notes on Economy of Derivation and Representation”, In: I. LAKA & A. MAHAJAN (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics 10*.
- _____. (1986a). *Knowledge of Language*. N. Y., Praeger.
- _____. (1986b). *Barriers*. Cambridge: The MIT Press.
- DOBROVIE-SORIN, C. (1987). “A Propos de la Structure du Groupe Nominal en Roumain”, *Rivista di Grammatica Generativa 12*: 123-152.
- FUKUI, N. & SPEAS, M. (1988). “Specifiers and Projections”, In: *MIT Working Papers in Linguistics 8*.

- GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. (1991). *The Syntax of Noun Phrase*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985). "On Semantics", *Linguistic Inquiry* 16(4):547-593.
- KATO, M. A. (1995a). "Gramática Infantil: Competência Plena ou uma Gramática sem Categorias Funcionais?", In: *Anais da 470 Reunião Anual da SBPC*, vol. 1.
- _____. (1995b). "Functional Categories and the Full Competence Hypothesis". Paper presented at the Instituto de Estudos Avançados, USP, São Sebastião.
- _____. (1985). "A Complementaridade dos Possessivos e das Construções Genitivas no Português Coloquial: Réplica a Perini (1985)", *D.E.L.T.A.*, 1 (1 e 2):107-120.
- KAYNE, R. S. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- KOOPMAN, H. (1994). "The Internal and External Distribution of Pronominal DPs", UCLA, ms.
- LYONS, J. (1967). "A Note on Possessive, Existential and Locative Sentences", *Foundations of Language* 3(4):390-396.
- MALLÉN, E. (1991) "Noun Phrase Structure, Clitic Climbing, and Extraction", *Linguistische Berichte* 134:226-309.
- MILNER, J.-C. (1982). *Ordres et Raisons de Langue*. Paris, Editions du Seuil.
- NASCIMENTO, M. & KATO, M. A. (1993) "A Representação da Estrutura Sentencial do Português e a Posição dos Aspectuais e Quantificadores", *ANAIS DA ANPOL*.
- PERINI, M. A. (1985) "O Surgimento do Sistema Possessivo do Português Coloquial: Uma Interpretação Funcional", *D.E.L.T.A.* 1 (1 e 2):1-16.
- PICALLO, M. C. (1994) "Catalan Possessive Pronouns: The Avoid Pronoun Principle Revisited", *Natural Language and Linguistic Theory* 12:259-299.
- POLLOCK, J.-Y. (1989). "Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP", *Linguistic Inquiry* 20 (3): 365-424.
- RADFORD, A. (1990). *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax: The Nature of Early Child Grammars of English*. Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd.
- _____. (1988). *Transformational Grammar. A First Course*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1986). "Small Children's Small Clauses", In: *Research Papers in Linguistics*. Dept. of Linguistics, University College of North Wales, Bangor.
- RAPOSO, E. (1993). "Categorias Funcionais na Gramática Gerativa". *D.E.L.T.A.* 9(2):237-274.
- RITTER, E. (1991). "Two Functional Categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew" In: ROTHSTEIN, S. D. (ed.) *Perspectives on Phrase Structure: Heads and Licensing*. (Syntax and Semantics 25). San Diego: Academic Press.
- RIZZI, L. (1994). "Some Notes on the Linguistic Theory and Language Development: The Case of Root Infinitives", Université de Genève. ms.
- SAFIR, K. (1983). "On Small Clauses as Constituents", *Linguistic Inquiry* 14(4):730-735.
- STEPHENS, J. (1992). "Structure du Groupe Nominal en Breton", *Recherches Linguistiques* 21: 143-156.

- STOWELL, T. A. (1987). "Subjects, Specifiers, and X-bar Theory", UCLA, ms.
- SZABOLCSI, A. (1994). "The Noun Phrase", In: F. KIEFER & K. KISS (eds.) *The Syntactic Structure of Hungarian*. (Syntax and Semantics 27). San Diego, Ca: Academic Press, 179-264.
- SZABOLCSI, A. (1983). "The Possessor that Ran away from Home", *The Linguistic Review* 3(1):89-102.
- TANG, J. J-C. (1990). "A Note on the DP Analysis of Chinese Noun Phrase", *Linguistics* 28: 337-354.
- VALOIS, D. (1991). *The Internal Syntax of DP*. UCLA, Ph D. dissertation.